

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS
ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCE PELO CONTROLE INTERNO
MODELO 22

TCE-RJ
Fls. 1639
No. Processo: 206503-1/2019

Município:		Referente ao Exercício de:	
RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: CONTROLE INTERNO			
DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES	AÇÕES/PROVIDÊNCIAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	CATEGORIA (IMPLEMENTADA/ PARCIALMENTE IMPLEMENTADA/NÃO IMPLEMENTADA)
DETERMINAÇÃO Nº 01 Envidar esforços no sentido de cumprir o disposto no art. 1º, § 1º, c/c o art. 55, inciso III, itens 3 e 4, da Lei Complementar nº 101/00, de forma que não seja realizada a inscrição de Restos a Pagar não processados sem a correspondente disponibilidade financeira.	O Município vem trabalhando no sentido de equilibrar suas despesas de acordo com a disponibilidade financeira e com a previsão de arrecadação de suas fontes de recurso.	SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E FAZENDA	IMPLEMENTADA
DETERMINAÇÃO Nº 02 Aprimorar o planejamento, de forma a cumprir as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em face do que estabelece o art. 59, inciso I, da Lei Complementar nº 101/00.	O Município vem envidando esforços e limitando gastos (Resultado Nominal) para honrar uma " Dívida Consolidada Líquida" de R\$ 3.571.541,40. Dai não significância do não cumprimento da Meta de Dívida consolidada Líquida para 2017, sendo esta igual a zero., conforme orientação do Manual de Demonstrativos fiscais - 7ª Edição, aprovada pela Portaria STN nº 403/16, que se o saldo das "Deduções" for superior ao saldo da dívida consolidada, o valor da linha da dívida consolidada líquida será igual a "zero"; realização de ações fiscalizatórias visando o incremento da arrecadação conforme plano de ação apresentado ao TCE-RJ.	SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E FAZENDA	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA
DETERMINAÇÃO Nº 03 Observar o equilíbrio financeiro nos próximos exercícios, em atendimento ao disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00.	O Município vem limitando gastos envidando esforços no sentido de equilibrar suas contas de acordo com a disponibilidade financeira e arrecadação de impostos, corrigindo desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, evitando gerações de despesas com pessoal; realização de ações fiscalizatórias visando o incremento da arrecadação conforme plano de ação apresentado ao TCE-RJ.	SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E FAZENDA	IMPLEMENTADA
DETERMINAÇÃO Nº 04 Observar a consonância entre o resultado do exercício apontado no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial Consolidado e o resultado patrimonial consolidado na Demonstração das Variações Patrimoniais, em atendimento ao art. 85 da Lei nº 4.320/64.	Houve uma diferença de R\$ 204.527,51 entre o Balanço Patrimonial consolidado e as Variações Patrimoniais, fatos estes que foram corrigidos nos anexos XIV e XV aplicados a este.	SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E FAZENDA	IMPLEMENTADA
DETERMINAÇÃO Nº 05 Promover o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, em conformidade com a Lei nº 9.717/98.	A lei municipal 978/10 que promoveu a segregação de massa dos segurados; Lei Municipal 1.169/2013 que dispõe sobre a autorização do Poder Executivo na incorporação de ativos ao patrimônio do Instituto; Decreto 2.738/13 para incorporação de parte de créditos relativos aos Royalties a que visem assegurar recursos para pagamento de benefícios concedidos aos servidores públicos;	SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E IPAM	IMPLEMENTADA
DETERMINAÇÃO Nº 06 Observar a correta movimentação dos recursos do Fundeb, com vistas ao cumprimento do art. 21 da Lei nº 11.494/07 c/c o art. 85 da Lei nº 4.320/64	Conforme demonstrado na análise da prestação de contas de governo referente ao exercício de 2017, o TCE-RJ apurou o superávit financeiro do FUNDEB, descartando o ressarcimento que o Município fez, referente ao exercício de 2016, no valor de R\$ 74642,50, por tratar-se de déficit apurado naquele exercício, resultando então um superávit de R\$ 5.089,91. Em contrapartida o Município analisou o superávit, apurando o seguinte: Disponível em contas bancárias: R\$ 32.686,85 e Obrigações a pagar: R\$ 4.002,38, Superávit: R\$ 28.684,47. Ao final ficou constatado pelo próprio TCE-RJ que o superávit financeiro a ser utilizado para abertura de crédito no exercício de 2018, foi o vlor registrado pela contabilidade da Prefeitura.	SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E EDUCAÇÃO	IMPLEMENTADA
DETERMINAÇÃO Nº 07 Observar a correta classificação das despesas na função 10 – Saúde, em atendimento ao art. 7º da Lei Complementar nº 141/12 c/c o art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/00.	Verificamos que os dados apresentados pelo Município guardam paridade, não sendo localizada a diferença apontada na ressalva 7 do Tribunal. Não obstante, estamos a observar a correta classificação das despesas na Função 10 - Saúde	SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E SAÚDE	IMPLEMENTADA
DETERMINAÇÃO Nº 08 Observar a correta apropriação dos recursos dos royalties nos códigos de receita previstos no Ementário da Receita anexo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (Mcasp).	A inconsistência apurada quando a apropriação dos recursos oriundos dos royalties, referiu-se a apenas codificação da receita, onde o Município utilizou em vários anos para essa arrecadação (classificação 17212240), quando deveria ser de acordo com o MCASP - cod. 171802310.0000. Este fato não mudou a forma de arrecadação nem as modalidades de aplicação do recurso, e que já está sendo adaptado para os próximos exercícios	SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E FAZENDA	IMPLEMENTADA
DETERMINAÇÃO Nº 09 Implementar ações, visando ao pleno atendimento às exigências, estabelecidas na Lei Complementar nº 131/09, Lei Complementar nº 101/00, Lei nº 12.527/11 e no Decreto Federal nº 7.185/10, no que couber, relativas aos portais de transparência.	Reformulação do site da Prefeitura e auditoria acerca do levantamento do mínimo exigido legalmente para os Portais da Transparência; Adequação do Portal da Transparência ao mínimo exigido por lei.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	IMPLEMENTADA
DETERMINAÇÃO Nº 10 Adotar providências para estruturar o sistema de tributação do Município, visando à eficiência e eficácia na cobrança, fiscalização, arrecadação e controle dos tributos instituídos pelo Município, em atendimento ao art. 11 da LRF.	Execução do Plano de Ação proposto pela Secretaria de Fazenda do Município para o incremento da arrecadação .	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	IMPLEMENTADA
DETERMINAÇÃO Nº 11 Adotar as medidas necessárias à contenção e à redução das despesas com pessoal, ressaltando que o Município já se encontra sob as vedações previstas no art. 22, parágrafo único, da LRF.	O Município vem limitando gastos envidando esforços no sentido de equilibrar suas contas de acordo com a disponibilidade financeira e arrecadação de impostos, em especial limitando gastos com pessoal	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	IMPLEMENTADA
RECOMENDAÇÃO Para que o Município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos royalties, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como busque alternativas para atrair novos investimentos, de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.	O Município vem limitando gastos envidando esforços no sentido de equilibrar suas contas de acordo com a disponibilidade financeira e arrecadação de impostos, corrigindo desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, evitando gerações de despesas com pessoal; realização de ações fiscalizatórias visando o incremento da arrecadação conforme plano de ação apresentado ao TCE-RJ.	SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E FAZENDA	IMPI FMENTADA

Responsável pela Elaboração	cargo: CONTROLADORA GERAL
Nome: MARILDA GUIMÃES LIMA	Data: 15/03/2019
Matrícula:	Assinatura:
Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 061.594/0-2
Nome: LEANDRO CORRÊA TEIXEIRA	Data: 15/03/2019
Matrícula: 011.50-9	Assinatura:
Prefeito Municipal	
Nome: JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA	Data: 15/03/2019
Assinatura:	